

Soares Penido  
Participações e  
Empreendimentos  
S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016 e  
2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da  
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### *Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas pelos efeitos nos saldos correspondentes de 2015*

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos nos saldos correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

A Companhia não cumpriu cláusulas restritivas (covenants) em 31 de dezembro de 2015, o que permitiria ao detentor do instrumento passivo acelerar seu vencimento. Dessa forma, o saldo do financiamento classificado no passivo não circulante deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015. Caso esta reclassificação tivesse sido efetuada, o passivo circulante consolidado estaria a maior e o passivo não circulante consolidado estaria a menor em R\$ 535.231 mil em 31 de dezembro de 2015. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 datada de 30 de março de 2016 foi portanto ressalvada. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do período corrente também inclui ressalva em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Luiz Ribeiro de Carvalho'.

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.851	314.670	136	68.980
Aplicações financeiras	5	30.434	28.837	-	-
Contas a receber	6	312.053	227.604	-	-
Estoques	7	98.399	53.668	-	-
Impostos a recuperar	8	87.648	64.663	2.072	916
Dividendos a receber		104	-	-	-
Despesas antecipadas		10.401	14.817	4.270	5.312
Contas a receber por alienação de investimentos	9	-	3.634	-	3.634
Outras contas a receber		44.770	4.571	20	-
		<u>664.660</u>	<u>712.464</u>	<u>6.498</u>	<u>78.842</u>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	6	128.989	179.416	-	69.758
Depósitos judiciais	20	25.357	25.722	-	365
Precatórios a receber	11	62.491	72.962	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	38.195	48.175	900	9.980
Mútuos	17	3.666	3.261	172.822	145.962
Ativos financeiros	12	799.803	759.261	799.335	757.795
Outras contas a receber		99.527	2.474	-	-
		<u>1.158.028</u>	<u>1.091.271</u>	<u>973.057</u>	<u>983.860</u>
Investimentos	10	25.665	82.969	1.093.715	1.119.740
Imobilizado	13	1.091.563	1.052.996	-	-
Intangível	14	77.733	70.221	15.205	4.022
		<u>1.194.961</u>	<u>1.206.186</u>	<u>1.108.920</u>	<u>1.123.762</u>
		<u>3.017.649</u>	<u>3.009.921</u>	<u>2.088.475</u>	<u>2.186.464</u>

Passivo a patrimonio liquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	102.211	69.004	874	-
Empréstimos e financiamentos	16b	67.127	60.832	-	-
Debêntures	16a	93.831	22.268	93.831	22.268
Impostos e contribuições a recolher	18	75.235	55.073	1.243	657
Salários e férias a pagar		29.453	33.023	-	-
Dividendos	17	22.885	7.406	22.714	3.664
Imposto de renda e contribuição social		-	2.415	-	-
Outras contas a pagar	19	69.075	72.683	65.030	64.269
		<u>459.817</u>	<u>322.704</u>	<u>183.692</u>	<u>90.858</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16b	526.996	557.503	-	-
Debêntures	16a	364.444	410.000	364.444	410.000
Impostos e contribuições sociais a recolher	18	11.294	13.906	3.389	-
Mútuos	17	19.610	-	24.370	118.275
Provisão para contingências	20	33.415	38.628	5.384	-
IR e CS diferidos	21	290.688	282.252	230.374	203.825
Receita diferida		17.068	897	-	-
Outras contas a pagar	19	13.760	20.525	-	-
		<u>1.277.275</u>	<u>1.323.711</u>	<u>627.961</u>	<u>732.100</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	1.078.457	1.012.520	1.078.457	1.012.520
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	6.700	-	6.700
Reservas de lucros		166.506	249.790	166.506	249.790
Ajuste de avaliação patrimonial		31.859	94.496	31.859	94.496
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<u>1.276.822</u>	<u>1.363.506</u>	<u>1.276.822</u>	<u>1.363.506</u>
Participação de não controladores		3.735	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>1.280.557</u>	<u>1.363.506</u>	<u>1.276.822</u>	<u>1.363.506</u>
		<u>3.017.649</u>	<u>3.009.921</u>	<u>2.088.475</u>	<u>2.186.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	23	1.221.766	1.293.253	-	-
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	24	<u>(1.110.044)</u>	<u>(1.039.767)</u>	-	(1.090)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<u>111.722</u>	<u>253.486</u>	-	(1.090)
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Despesas Administrativas, comerciais e gerais	25	(317.343)	(371.288)	(46.463)	(4.462)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	80.799	49.254	30.967	35.334
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>(44.745)</u>	<u>(11.628)</u>	<u>(187.032)</u>	<u>(175.761)</u>
		<u>(281.289)</u>	<u>(333.662)</u>	<u>(202.528)</u>	<u>(144.889)</u>
<b>Prejuízo antes das (despesas) financeiras líquidas</b>		<u>(169.567)</u>	<u>(80.176)</u>	<u>(202.528)</u>	<u>(145.979)</u>
Despesas financeiras	28	(156.223)	(308.626)	(90.207)	(231.579)
Receitas financeiras	28	<u>266.290</u>	<u>31.379</u>	<u>219.635</u>	<u>6.301</u>
		<u>110.067</u>	<u>(277.247)</u>	<u>129.428</u>	<u>(225.278)</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(59.500)</u>	<u>(357.423)</u>	<u>(73.100)</u>	<u>(371.257)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(30.783)	(19.509)	(16.273)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	<u>(25.697)</u>	<u>82.634</u>	<u>(26.548)</u>	<u>76.959</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(115.980)</b></u>	<u><b>(294.298)</b></u>	<u><b>(115.921)</b></u>	<u><b>(294.298)</b></u>
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores		(115.921)	(294.298)		
Acionistas não controladores		<u>(59)</u>	<u>-</u>		
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(115.980)</b></u>	<u><b>(294.298)</b></u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(115.980)</u>	<u>(294.298)</u>	<u>(115.921)</u>	<u>(294.298)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(115.980)</u>	<u>(294.298)</u>	<u>(115.921)</u>	<u>(294.298)</u>
<b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	(115.921)	(294.298)		
Acionistas não controladores	<u>(59)</u>	<u>-</u>		
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><b>(115.980)</b></u>	<u><b>(294.298)</b></u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Retenção de lucros					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	1.012.520	6.700	149.644	27.065	367.413	93.922	-	1.657.804	-	1.657.804
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	574	(574)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(294.298)	(294.298)	-	(294.298)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	-	(294.872)	-	294.872	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	1.012.520	6.700	149.644	27.605	72.541	94.496	-	1.363.506	-	1.363.506
Adiantamento para Futuro aumento de capital	-	59.237	-	-	-	-	-	59.237	-	59.237
Aumento de Capital	65.937	(65.937)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	(62.637)	62.637	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(115.921)	(115.921)	(59)	(115.980)
Aquisição de controlada com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	3.794	3.794
Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	-	(53.284)	-	53.284	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	1.078.457	-	149.644	27.605	(10.743)	31.859	-	1.276.822	3.735	1.280.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Soares Penido Participações e Empreendimentos S/A

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(115.980)	(294.298)	(115.921)	(294.298)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:</b>				
(Reversão) provisão para perdas com estoques e outros	(2.228)	(3.172)	23.927	-
Juros e variações monetárias	117.855	105.196	68.462	52.495
Baixa de títulos a receber	-	7.239	-	-
Constituição (reversão) provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	(7.782)	(7.602)	-	(1.644)
Tarifa de financiamento empréstimos	-	3.388	-	3.388
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	-	(14.746)	-	-
Depreciação e amortização	73.457	59.984	6	996
Constituição (reversão) de provisão para contingências	16.871	(6.920)	5.502	-
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	6.056	2.758	-	-
Custo do investimento alienado	183.881	8.342	183.881	-
Variação imobilizado consórcio	-	10.051	-	-
Ganho na alienação de investimentos	(38.601)	-	-	-
Custo residual na baixa do investimento	1.715	-	-	-
Ganho na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(218.074)	172.793	(217.918)	172.684
Variação no percentual de participação de investimento	(273)	(1.408)	(66)	(33)
Imposto de renda e contribuição social	25.259	(63.125)	26.549	(76.959)
Equivalência patrimonial	44.745	11.627	187.039	175.761
	<u>86.901</u>	<u>(9.893)</u>	<u>161.461</u>	<u>32.390</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	(24.167)	101.936	-	-
Estoques	2.194	1.111	-	-
Precatórios a receber	10.471	312.187	-	-
Impostos a recuperar	(24.241)	5.878	(1.156)	(326)
Despesas antecipadas	4.409	(1.230)	1.042	(313)
Contas a receber por alienação de investimentos	3.634	54.920	3.634	54.920
Depósitos judiciais	(6.903)	(1.361)	247	1.453
Outras contas a receber	21.704	(21.231)	(20)	2
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Fornecedores	14.447	(25.561)	874	(24)
Impostos e encargos sociais a recolher	14.776	(7.936)	3.975	588
Salários e férias a pagar	(3.347)	2.487	-	-
Receita diferida	13.142	(19.982)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(18.530)	-	-
Contas a pagar	(62.014)	15.121	761	(140)
	<u>51.006</u>	<u>387.916</u>	<u>170.818</u>	<u>88.550</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	(1.597)	(2.354)	-	-
Aquisição de ativo financeiro a valor justo	(7.503)	-	(7.503)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(148.088)	(20.523)	(85)	-
Aquisição de investimento com participação de não controladores	59	-	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	(14.431)	-	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	(63.825)	(4.016)	(10)	(274)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(9.980)	(319.791)	(41.798)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	14.155	7.980	-
Mutuo com partes relacionadas	398	(149)	(29.440)	(6.300)
	<u>(234.987)</u>	<u>(22.867)</u>	<u>(348.849)</u>	<u>(48.372)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	83.192	-	85.592	-
Mutuo com partes relacionadas	28.670	-	77.000	78.127
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	-	425.000	-	410.000
Pagamento do principal e juros	(150.749)	(579.301)	(42.455)	(448.252)
Custo de captação	-	(5.410)	-	(5.410)
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(10.950)	(6.118)	(10.950)	(6.086)
	<u>(49.837)</u>	<u>(165.829)</u>	<u>109.187</u>	<u>28.379</u>
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>				
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
	<u>(233.818)</u>	<u>199.220</u>	<u>(68.844)</u>	<u>68.557</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	314.669	115.450	68.980	423
No fim do exercício	<u>80.851</u>	<u>314.670</u>	<u>136</u>	<u>68.980</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
	<u>(233.818)</u>	<u>199.220</u>	<u>(68.844)</u>	<u>68.557</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: (i) Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; e (iv) Concessão de Serviços Públicos - principalmente geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controlou até 28 de dezembro de 2016 a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

### 2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

#### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

##### a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

##### b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de imobilizado, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### c. *Base de consolidação*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou

indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

**e. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 12** - Ativos financeiros;
- **Nota 13** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 14** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 20** - Provisão para contingências.
- **Nota 21** - Impostos diferidos;

## 2.2 Descrição das principais práticas contábeis

### a. *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

- (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*  
A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.
- (ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

#### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

*(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

**Capital Social - ações ordinárias**

São classificadas como patrimônio líquido.

*(iv) Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015.

*(v) Categoria dos instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros) e Custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar).

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

**c. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

**d. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela

Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**e. Estoques**

Os estoques de matéria prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

**f. Ativos arrendados**

**(i) Arrendamento mercantil operacional**

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

**(ii) Arrendamento mercantil financeiro**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**g. Imóveis a comercializar**

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

**h. Participações em consórcios**

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

**i. Depósitos judiciais**

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.



**j. Investimentos**

**(i) Investimentos em controladas e coligadas**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**(ii) Outros investimentos**

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

**k. Propriedade para investimentos**

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento, são alocados na demonstração do resultado nos exercícios que forem identificados.

**l. Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

**m. Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

**n. *Redução ao valor recuperável***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

**o. *Fornecedores***

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados pelo custo histórico que se aproximam substancialmente de seu valor justo.

**p. *Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

**(i) *Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

**(ii) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**q. *Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente

**r. *Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

**s. *Outros passivos circulantes e não circulantes***

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**t. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial***

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**u. *Reconhecimento da receita***

**(i) *Receita de vendas e serviços***

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

**v. *Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

**w. *Benefício de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados sejam prestados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) *Previdência privada e participação nos lucros***

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, também, possuem planos de previdência privada para seus funcionários e dirigentes. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

**x. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo:

*IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

*IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

*IFRS 16 Leases (Arrendamento)*

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma, nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas.

### **3 Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação	
		2016	2015
Agreste Potiguar Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,97%
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,97%
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Indireto	22,93%	22,93%
Dragaport Engenharia Ltda. (c)	Integral - Indireto	0%	100%
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,98%
Eolicabras S.A.	Integral - Direto	100%	100%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,97%
Folha Larga Potiguar Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,96%
Mineração Aparecida Ltda.	Integral - Direto	100%	100%
Mineração Barueri Ltda.	Integral - Direto	100%	100%
Mineração Jambeiro Ltda.	Integral - Direto	100%	100%
Mineração São Bento Ltda.	Integral - Direto	100%	0%
Mineração São Luis Ltda. (antiga Serveng Mineração Balsas Ltda).(a)	Integral - Indireto	100%	100%
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,98%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	100%	50,10%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,98%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,97%
Residencial Acqua Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	99,31%	0%
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	Integral - Indireto	100%	100%
Serveng Berlim Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Serveng Cairo Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda (e)	Integral - Direto	100%	0%
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral - Direto	99,05%	98,40%
Serveng Pequim Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Serveng Pindamonhangaba Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	70,67%	0%
Serveng Residencial Campinas Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Serveng Residencial Galatea Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	37,14%	0%
Serveng Residencial Mogi das Cruzes Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Serveng Residencial Mogi Vista I Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	93,42%	0%
Serveng Residencial Mogi Vista II Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	97,69%	0%
Serveng Residencial Padreira Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	9,09%	0%
Serveng Residencial Vila Guilherme Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	59,29%	0%
Serveng Transportes Ltda. (d)	Integral - Direto	0%	100%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral - Direto	100%	100%
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,98%
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	99,05%	99,97%
Unique Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda. (e)	Integral - Indireto	100%	0%
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. (a)	Integral - Indireto	100%	100%
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral - Indireto	99,05%	98,40%

- (a) Empresas pré operacionais;
- (b) Concessão encerrada em Maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente;
- (c) Incorporada integralmente pela Serveng Civilsan em agosto de 2016;
- (d) Cedida à controlada Serveng Civilsan em troca de aumento de capital na mesma em outubro de 2016;
- (e) Cedida pelo principal acionista em troca de aumento de capital em dezembro de 2016.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;

- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	19.568	45.173	136	3.054
Aplicações financeiras diversas	61.283	269.497	-	65.926
	<u>80.851</u>	<u>314.670</u>	<u>136</u>	<u>68.980</u>

#### 5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras	<u>30.434</u>	<u>28.837</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 14 % a.a. em 2016 (13,18 % a.a. em 2015).

Os recursos classificados na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez.



## 6 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Contas a receber	334.763	230.854
Medições a faturar	110.753	124.977
Contas a receber - partes relacionadas (nota 17)	7.697	71.341
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(12.171)	(20.152)
	<b>441.042</b>	<b>407.020</b>
Circulante	312.053	227.604
Não circulante	128.989	179.416

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer	157.071	86.348
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	36.341	7.653
de 31 a 60 dias	2.788	851
de 61 a 90 dias	573	4.817
de 91 a 120 dias	53	135
de 121 a 180 dias	15	2.628
a mais de 180 dias	137.922	128.422
Total	<b>334.763</b>	<b>230.854</b>

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(20.152)
Provisão constituída	(12.171)
Baixa	20.152
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(12.171)

## 7 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	15.923	13.647
Matéria prima	149	272
Imoveis a comercializar - Desenvolvimento Imobiliário	30.508	-
Terrenos a incorporar	16.671	-
Outros estoques para consumo e manutenção	35.148	39.749
	<b>98.399</b>	<b>53.668</b>

## 8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
ISS	1.390	19.135	-	-
ICMS	3.522	753	-	-
PIS	6.876	2.752	-	-
COFINS	30.708	12.394	-	-
CSLL	12.654	7.082	509	111
Imposto de Renda	25.193	12.213	1.558	800
INSS	5.798	10.329	-	-
Outros	1.507	5	5	5
<b>Total</b>	<b>87.648</b>	<b>64.663</b>	<b>2.072</b>	<b>916</b>

## 9 Contas a receber por alienação de investimento

Em 25 de agosto de 2011, a Companhia alienou, para a CMP Participações Ltda., conforme Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças, parte das operações de sua controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda., que explorava principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, ficando apenas com a exploração de serviços de transportes de passageiro no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service).

O saldo a receber encontra-se registrado na rubrica contas a receber por alienação de investimento no ativo circulante pelo valor de R\$ 3.634 em 31 de dezembro de 2015, e foi recebido integralmente em janeiro de 2016.

A transação teve anuência de todos os órgãos regulamentadores da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (ANTT, SEAE, Infraero, ARTESP e EMTU), no período compreendido entre o final de 2011 e início de 2012.

## 10 Investimentos

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	36.180	82.969	1.117.642	1.119.740
Participações em sociedades por conta de participação	18.581	-	-	-
Lucro não realizado com controladas (a)	54.761 (29.096)	82.969 -	1.117.642 (23.927)	1.119.740 -
	<b>25.665</b>	<b>82.969</b>	<b>1.093.715</b>	<b>1.119.740</b>

(a) Construção de ativo imobilizado na controlada Corumbá Concessões S.A.

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Empresa	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Patrimônio líquido ajustado	Investimento		Equivalência	
						2016	2015	2016	2015
Serveng-Civilsan	903.303	(157.350)	745.952	100,00%	745.952	745.952	796.773	(154.123)	(196.379)
Serveng Transportes	-	-	-	-	-	-	117.793	(9.490)	3.776
Eolicabras S/A	69.794	(42.908)	26.886	100,00%	26.886	26.886	10.962	(30.583)	(3.809)
Serveng Energias Renov.	262.753	13.952	276.705	99,05%	273.587	273.587	189.467	(3.965)	16.462
Mineração São Luís Ltda.	3.857	(3.827)	30	100,00%	30	30	28	2	3
Mineração Jambreiro Ltda.	515	10.592	11.107	100,00%	11.107	11.107	4.698	9.494	4.187
Mineração Aparecida Ltda.	10	1.812	1.822	99,99%	1.822	1.822	9	1.813	(1)
Mineração São Bento Ltda.	10	-	10	99,99%	10	10	-	-	-
Serveng DI	68.773	(11.104)	57.669	100,00%	57.669	57.669	-	-	-
Mineração Barueri Ltda.	760	(181)	579	99,99%	579	579	10	(180)	-
Participações em controladas						1.117.642	1.119.740	(187.032)	(175.761)
Lucro não realizado						(23.927)	-	-	-
<b>Total avaliado por equivalencia patrimonial</b>						<b>1.093.715</b>	<b>1.119.740</b>	<b>(187.032)</b>	<b>(175.761)</b>

## 11 Precatórios a receber

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Valor bruto</b>		
DER/SP (a)	26.406	26.406
Prefeitura de Cotia	23.384	31.387
Prefeitura de Guaratinguetá	7.720	10.188
Outros (b)	<u>4.981</u>	<u>4.981</u>
	<b><u>62.491</u></b>	<b><u>72.962</u></b>

### Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

Composição dos precatórios a receber:

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

- (b) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Osasco, Itapevi e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Para os demais precatórios, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

## 12 Ativos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos mensurados ao valor justo	799.803	759.261	799.335	757.795

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2016. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 50.100.000 ações ordinárias em 2016 (60.400.000 em 2015) mantidas pela Companhia na CCR S.A. Durante o exercício a companhia recebeu dividendos no valor de R\$ 39.151 registrados diretamente no resultado.

	Controladora	
	Qtde.	Valor
Saldo Inicial	60.400.000	757.795
Aquisição	500.000	7.503
Baixas	(10.800.000)	(183.881)
Atualização a valor justo	-	217.918
<b>Saldo Final</b>	<b>50.100.000</b>	<b>799.335</b>

## 13 Imobilizado - Consolidado

		2016		2015	
	Taxa depreciação (a.a.%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.937	-	3.937	4.179
Edifícios e construções	2.8	18.172	(11.706)	6.466	7.044
Máquinas e equipamentos	4 a 25	289.743	(125.913)	163.830	171.168
Veículos e embarcações	10 a 25	136.110	(86.811)	49.299	72.804
Equipamentos de informática	20	6.408	(5.212)	1.196	1.114
Móveis e utensílios	10	5.563	(4.633)	930	1.953
Aerogeradores	3.3	683.101	(67.910)	615.191	659.542
Aeronave	5.5	34.575	(7.209)	27.366	29.079
Benfeitorias	4	219.561	(8.894)	210.667	-
Obras em andamento		12.681	-	12.681	106.113
		<b>1.409.851</b>	<b>(318.288)</b>	<b>1.091.563</b>	<b>1.052.996</b>

### Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Transferências e ajustes (+) (-)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências e ajustes (+) (-)	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	38.510	-	(2.452)	(31.879)	4.179		(242)		3.937
Edifícios e construções	22.622	-	(249)	(4.201)	18.172				18.172
Maquinas e equipamentos	282.977	11.249	(6.595)	(3.872)	283.759	15.715	(9.859)	128	289.743
Veículos	194.852	2.591	(2.719)	(36.337)	158.387	2.707	(24.984)		136.110
Móveis, utensílios e outros	3.162	163	(197)	3.230	6.358	236	(1.031)		5.563
Equipamentos de informática	6.879	128	(123)	136	7.020	752	(1.364)		6.408
Obras em andamento e outros	38.442	65.968	(131)	4.818	109.097	142.435	(17.841)	(1.448)	232.243
Aeronave	54.470	-	-	(5.951)	48.519		(13.944)		34.575
Aerogeradores	700.124	1.960	-	278	702.362	1.394	(24.129)	3.474	683.101
<b>Total do custo</b>	<b>1.342.038</b>	<b>82.059</b>	<b>(12.466)</b>	<b>(73.778)</b>	<b>1.337.853</b>	<b>163.239</b>	<b>(93.394)</b>	<b>2.154</b>	<b>1.409.852</b>
Depreciação acumulada	(300.000)	(66.408)	7.809	73.742	(284.857)	(66.138)	34.860	(2.154)	(318.289)
<b>Valor residual do ativo Imobilizado</b>	<b>1.042.038</b>	<b>15.651</b>	<b>(4.657)</b>	<b>(36)</b>	<b>1.052.996</b>	<b>97.101</b>	<b>(58.534)</b>	<b>-</b>	<b>1.091.563</b>



## 14 Intangível

	2016		2015	
	Custo	Amortização e exaustão	Saldo residual	Saldo residual
Ágio pago na aquisição de investimentos (a)	41.681	-	41.681	30.452
Direito de lavra (b)	28.355	(3.208)	25.147	25.213
Direito contratuais de comercialização (c)	1.980	-	1.980	1.970
Softwares	28.708	(20.177)	8.531	12.194
Outros	394	-	394	392
	<b>101.118</b>	<b>(23.385)</b>	<b>77.733</b>	<b>70.221</b>

- (a) Ágio na aquisição de investimento fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com início das atividades em 2014; e ágio gerado na aquisição da DI - Desenvolvimento Imobiliário.
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação à possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2014, ano de início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

## 15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores nacionais	98.263	68.954	874	-
Fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	3.948	50		
	<b>102.211</b>	<b>69.004</b>	<b>874</b>	<b>-</b>

## 16 Debêntures, empréstimos e financiamentos

### a. Debêntures

	Item	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Debêntures (CDI + 2,68% a.a.)	1	458.275	432.268	458.275	432.268
Circulante		93.831	22.268	93.831	22.268
Não circulante		364.444	410.000	364.444	410.000

## Empréstimos e financiamentos

	Item	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Financiamento de equip. (FINAME PSI 2)	2	27.222	52.370	-	-
Financ. de equipamentos (BNDES Eólicas)	3	538.687	565.965	-	-
Bradesco (9,11% a.a + TR)		6.800	-	-	-
Itaú (9,20% a.a + TR)		21.414	-	-	-
<b>Total</b>		<b>594.123</b>	<b>618.335</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Circulante		67.127	60.832	-	-
Não circulante		526.996	557.503	-	-

- (1) Segunda emissão emitido em 05 de maio de 2013, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 36 meses, finalizando em 05 de maio de 2016. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Terceira emissão emitida em 05 de junho de 2014, pela controladora Soares Penido Participação, com vencimento em 60 meses, finalizando em 05 de junho de 2019. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Quarta emissão emitida em 25 de agosto de 2015 com vencimento em 72 meses, finalizando em 25 de agosto de 2021.
- (2) FINAME PSI00202 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (3) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, é efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

	Lucro líquido do exercício	Despesas administrativas e gerais	Despesas não recorrentes	Depreciação e amortização	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	EBITDA	IR e CS corrente	Geração de caixa da atividade no ARef	Serviços da dívida no ARef	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	2016	2015
Campina Potiguar	8.297	(40)	232	2.234	(21)	10.702	(650)	10.052	6.938	1,449	1,395	
Canto da Ilha	6.850	(40)	206	1.997	-	9.013	(502)	8.511	6.289	1,353	1,305	
Energia Potiguar	11.653	(157)	773	3.601	(55)	15.815	(804)	15.011	11.340	1,324	1,065	
Esquina dos Ventos	8.106	(255)	740	2.258	(509)	10.340	(621)	9.719	7.064	1,376	1,347	
Ilha dos Ventos	4.744	(36)	254	1.696	626	7.284	(409)	6.875	5.236	1,313	1,230	
Morro dos Ventos	11.961	(43)	659	3.745	-	16.322	(875)	15.447	11.730	1,317	1,257	
Ponta do Vento Leste	10.726	(44)	776	3.581	850	15.889	(812)	15.077	11.457	1,316	1,204	
Pontal do Nordeste	5.637	(34)	1.436	2.254	100	9.393	(495)	8.898	7.179	1,239	1,180	
Torres de Pedra	10.495	(50)	930	3.585	748	15.708	(826)	14.882	11.313	1,315	1,220	
Torres de São Miguel	4.953	(36)	498	1.715	30	7.160	(398)	6.762	5.195	1,302	1,258	

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2018	64.521
2019	40.141
2020	40.025
2021	39.715
2022 em diante	<u>342.594</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>526.996</u></u></b>

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. não atendeu ao ao Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme determinado na cláusula XXII do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual deveria ser maior ou igual a 1,3 e foi 1,239. O não atingimento do índice deve-se ao aumento da Taxa de juros de Longo Prazo (TJPL). Conforme o contrato o Banco poderá requerer o resgate antecipado do saldo devedor do financiamento incluindo multa de 1% a.a. sobre o valor do contrato atualizado. A Companhia encaminhou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma carta comunicando o não cumprimento do índice e obteve *waiver*, anulando o vencimento antecipado ocasionado pela quebra do Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

## 17 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
<b>Saldos</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes:				
Principal Acionista	-	69.758	-	-
Pecuária Serramar Ltda.	-	1.557	-	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	21	26	-	-
Consórcios	3.582	-	-	-
Serveng Transportes	333	-	-	-
Mineração Jambeiro	32	-	-	-
Mineração Aparecida	2.663	-	-	-
Mineração Barueri	899	-	-	-
	<u>7.530</u>	<u>71.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
nota(6)				
	<u><u>7.530</u></u>	<u><u>71.341</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Outras contas a receber:				
Acionista (b)	32.992	-	-	-
	<u>32.992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Ativo não circulante</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
Serveng Civilsan S.A.	-	-	900	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário(c)	-	9.980	-	9.980
Corumbá Concessões S/A(d)	38.195	38.195	-	-
	<b>38.195</b>	<b>48.175</b>	<b>900</b>	<b>9.980</b>
Outras contas a receber:				
Acionista (b)	98.475	-	-	-
	<b>98.475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Mútuos:				
Condomínio do Serramar Parque Shopping	-	100	-	-
Construquali Engenharia	-	60	-	-
Cidadeinvest	-	399	-	-
Ventos Potiguares(e)	1.640	2.082	172.822	145.962
Corumbá Concessões S/A	2.026	-	-	-
Nossa Casa Engenharia	-	620	-	-
	<b>3.666</b>	<b>3.261</b>	<b>172.822</b>	<b>145.962</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores:				
Serveng Desenvolvimento imobiliario	21	-	-	-
Serveng Transportes	333	-	-	-
Mineração Jambeiro	32	-	-	-
Mineração Aparecida	2.663	-	-	-
Mineração Barueri	899	-	-	-
Serveng Residencial Mogi das Cruzes	-	50	-	-
	<b>3.948</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dividendos:				
Acionistas(f)	22.885	7.406	22.714	3.664
	<b>22.885</b>	<b>7.406</b>	<b>22.714</b>	<b>3.664</b>
<b>Passivo não-circulante</b>				
Títulos a pagar:				
Serveng Transportes	45.551	-	45.409	45.409
SM Geração de energia Eolica(g)	-	-	15.050	14.835
Nota (19)	<b>45.551</b>	<b>-</b>	<b>60.459</b>	<b>60.244</b>
Mútuos:				
Mineração Jambeiro	-	-	4.280	-
Mineração Aparecida	-	-	480	-
Serveng Transportes(h)	19.610	-	19.610	-
Ventos Potiguares(i)	-	-	-	118.275
	<b>19.610</b>	<b>-</b>	<b>24.370</b>	<b>118.275</b>

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamento para futuro aumento de capital: Acionistas(j)	-	6.700	-	6.700
	<u>-</u>	<u>6.700</u>	<u>-</u>	<u>6.700</u>

- (a) Cessão de crédito de contas a receber que o acionista tinha com o Serramar Shopping para a Soares Penido. Assunção de débito de contas a pagar que o acionista tinha com a Serveng Civilsan, pela Soares Penido;
- (b) Alienação de investimento na Serveng Transportes, a ser recebido em 04 parcelas, sem encargos financeiros;
- (c) AFAC recebido da Soares Penido;
- (d) AFAC da controlada Serveng Civilsan com a Corumbá Concessões
- (e) Compensação de crédito de mútuo que a Serveng Civilsan tinha com a Soares Penido para amortizar o saldo de afac que a Soares Penido tinha com a Serveng Civilsan;
- (f) Dividendos a distribuir para aos Acionistas;
- (g) Compensação de crédito de mútuo;
- (h) Mútuo a pagar para a Serveng Transportes;
- (i) Compensação de crédito de mútuo que a Serveng Civilsan tinha com a Soares Penido para amortizar o saldo de contas a pagar;
- (j) AFAC recebido do Acionista.

### **Remuneração da Administração e da diretoria**

Durante o exercício de 2016, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 3.979 (R\$ 1.947 em 2015), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

## **18 Impostos e contribuições a recolher**

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados (a)	22.661	23.409	4.268	-
COFINS	16.829	10.207	2	-
ISS	11.158	16.278	-	-
PIS	3.425	1.797	-	-
ICMS	984	1.428	-	-
Obrigações previdenciárias	14.901	4.274	-	-
Outros	16.571	11.586	362	657
<b>Total</b>	<u><b>86.529</b></u>	<u><b>68.979</b></u>	<u><b>4.632</b></u>	<u><b>657</b></u>
Circulante	75.235	55.073	1.243	657
Não circulante	11.294	13.906	3.389	-

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 22.661 estão compostos como segue: (i) R\$ 4.267 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controladora Soares Penido com prazo de quitação em 60 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; (ii) R\$ 14.506 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; (iii) R\$ 347 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; (iv) R\$ 3.115 referente parcelamento ISS Prefeitura de Brejo Santo, obtidos pela Serveng com prazo de quitação de 03 parcelas mensais, com atualização de juros a Longo Prazo; (v) R\$ 426 referente parcelamento CFEM obtidos pela Serveng com prazo de quitação de 30 parcelas mensais, com atualização de juros a Longo Prazo.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2018	3.685
2019	3.685
2020	2.086
2021	935
2022 em diante	903
<b>Total</b>	<b>11.294</b>

## 19 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Honorários advocatícios	5.982	6.751	-	-
Obrigações assumidas por consórcios	7.747	64.774	-	-
Adiantamento de clientes	7.287	12.574	-	-
Contas a pagar partes relacionadas (nota 17)	45.551	-	60.458	60.244
Outros	16.264	9.109	4.572	4.025
<b>Total</b>	<b>82.831</b>	<b>93.208</b>	<b>65.030</b>	<b>64.269</b>
Circulante	69.071	72.683	65.030	64.269
Não circulante	13.760	20.525	-	-

## 20 Provisão para contingências

<b>Controladora</b>				
		<b>2016</b>		<b>2015</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo Líquido</b>
<b>Ativo</b>				
Processos tributários	-	-	-	28
Processos cíveis	-	-	-	270
Processos trabalhistas	-	-	-	67
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>365</b>
<b>Passivo</b>				
Processos tributários	-	15	(15)	-
Processos cíveis	859	-	859	-
Processos trabalhistas	4.643	103	4.540	-
<b>Total passivo</b>	<b>5.502</b>	<b>118</b>	<b>5.384</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>				
		<b>2016</b>		<b>2015</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo Líquido</b>
<b>Ativo</b>				
Processos tributários	-	25.357	25.357	25.385
Processos cíveis	-	-	-	270
Processos trabalhistas	-	-	-	67
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>25.357</b>	<b>25.357</b>	<b>25.722</b>
<b>Passivo</b>				
Processos tributários	12.399	3.519	8.880	5.424
Processos cíveis	17.898	7.314	10.584	11.672
Processos trabalhistas	31.593	17.642	13.951	21.532
<b>Total passivo</b>	<b>61.890</b>	<b>28.475</b>	<b>33.415</b>	<b>38.628</b>

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 376.636 (R\$ 352.749 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Processos Cíveis	90.604	74.564
Processos Trabalhistas	44.879	343
Processos Tributários	241.153	277.842
	<b>376.636</b>	<b>352.749</b>

## 21 Imposto de renda e Contribuição Social

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Diferenças temporárias	-	3.105	3.177	1.307
Prejuízos fiscais	12.909	20.344	5.741	15.352
Total diferido ativo	<b>12.909</b>	<b>23.449</b>	<b>8.918</b>	<b>16.659</b>
<b>Passivo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	271.774	276.717	236.000	217.196
Exclusões temporárias de órgãos públicos	18.647	18.101	-	-
Lucro na venda parcial da controlada Pássaro Marron	-	70	-	70
Outras exclusões	13.176	10.813	3.292	3.218
Total diferido passivo	<b>303.597</b>	<b>305.701</b>	<b>239.292</b>	<b>220.484</b>
<b>Total Imposto de renda e contrib. social diferidos:</b>	<b>290.688</b>	<b>282.252</b>	<b>230.374</b>	<b>203.825</b>

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Demonstração de resultado</b>				
Corrente:				
Imposto de renda	(22.475)	(13.906)	(11.959)	-
Contribuição social	(8.308)	(5.603)	(4.314)	-
Imposto de renda e contribuição social	<b>(30.783)</b>	<b>(19.509)</b>	<b>(16.273)</b>	<b>-</b>
<b>Cálculo alíquota de imposto efetiva</b>				
Lucro antes do IR e da CSLL	(59.500)	(357.423)	(73.100)	(371.257)
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	(20.230)	(121.524)	(24.854)	(126.227)



	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL</b>				
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	(23.500)	(3.954)	34.447	(59.202)
Outras Adições/exclusões permanentes	11.814	(54.445)	(16.312)	9.934
IR e CSLL correntes	(30.783)	(19.509)	(16.273)	-
IR e CSLL diferidos	<u>(25.697)</u>	<u>82.364</u>	<u>(26.548)</u>	<u>76.959</u>
IR e CSLL no resultado	(56.480)	62.855	(42.821)	76.959
Alíquota efetiva	<u>95%</u>	<u>18%</u>	<u>59%</u>	<u>21%</u>

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 1.078.439 (R\$ 1.012.520 em 2015), representado por 1.136.297.964 (1.066.824.805 em 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### b. Reserva de lucros

- **Reserva de desapropriação**

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

### d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

## 23 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2016	2015
Receita operacional bruta	1.332.995	1.426.406
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(105.835)	(127.447)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(5.394)	(5.706)
	(111.229)	(133.153)
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.221.766</b>	<b>1.293.253</b>

## 24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2016	2015
Custo com pessoal e encargos	(341.613)	(321.535)
Serviços de terceiros	(256.427)	(209.705)
Materiais e peças	(172.887)	(121.658)
Custo mercadorias vendidas	(122.074)	(180.801)
Alugueis	(81.530)	(61.167)
Combustíveis	(58.858)	(49.781)
Depreciação e amortização	(31.807)	(43.049)
Peças para máquinas e equipamentos	(8.692)	(4.609)
Peças para veículos	(4.215)	(3.009)
Manutenção de edifícios	(819)	(1.995)
Outros	(31.122)	(42.458)
	<b>(1.110.044)</b>	<b>(1.039.767)</b>

## 25 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal e encargos	(100.272)	(88.332)	(2.619)	-
Serviços de terceiros	(48.417)	(146.091)	(13.490)	(2.547)
Doações	(53)	596	-	-
Depreciação e amortização	(31.183)	(23.460)	(5)	-
Despesas tributárias	(16.250)	(33.905)	(3.750)	(41)
Combustíveis	(36.561)	(19.812)	-	-
Manutenção de edifícios	(5.468)	(4.312)	-	-
Peças para máquinas e equipamentos	(17.975)	(14.912)	-	-
Peças para veículos	(12.116)	(9.722)	-	-
Outros	(49.048)	(31.338)	(26.599)	(1.874)
	<b>(317.343)</b>	<b>(371.288)</b>	<b>(46.463)</b>	<b>(4.462)</b>

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de aluguel	15	1.383	-	-
Receitas diversas	8.233	5.764	304	33
Dividendos	39.150	35.920	39.150	35.937
Impostos sobre outras receitas	(661)	(667)	(113)	(179)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	3.871	1.118	4.085	-
Reversão (provisão) contingências	(14.585)	9.350	(5.502)	-
Outros	44.776	(3.614)	(6.957)	(457)
	<b>80.799</b>	<b>49.254</b>	<b>30.967</b>	<b>35.334</b>

## 27 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal e encargos	(441.885)	(409.867)	(2.619)	-
Serviços de terceiros	(304.844)	(355.796)	(13.490)	(2.547)
Materiais e peças	(172.887)	(121.658)	-	-
Custo mercadorias vendidas	(122.074)	(180.801)	-	-
Combustíveis	(95.419)	(69.593)	-	-
Aluguéis	(81.530)	(61.167)	-	-
Depreciação e amortização	(62.990)	(66.509)	(5)	-
Peças para máquinas e equipamentos	(26.667)	(19.521)	-	-
Despesas tributárias	(16.250)	(33.905)	(3.750)	(40)
Reversão (provisão) contingências	(14.585)	9.350	(5.502)	-
Peças para veículos	(12.116)	(9.722)	-	-
Manutenção de edifícios	(5.468)	(4.312)	-	-
Peças para veículos	(4.215)	(3.009)	-	-
Manutenção de edifícios	(819)	(1.995)	-	-
Impostos sobre outras receitas	(661)	(667)	(113)	(179)
Doações	(53)	596	-	-
Receitas de aluguel	15	1.383	-	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	3.871	1.118	4.085	-
Receitas diversas	8.233	5.764	304	33
Dividendos	39.150	35.920	39.150	35.937
Outros	(35.394)	(77.410)	(33.556)	(3.422)
	<b>(1.346.588)</b>	<b>(1.361.801)</b>	<b>(15.496)</b>	<b>29.782</b>

## 28 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre precatórios	-	(901)	-	-
Rendimentos das aplicações financeiras	14.199	20.518	1.654	4.162
Juros recebidos ou incorridos	2.112	11.396	34	2.138
Descontos obtidos	31.904	-	27	-
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	218.074	-	217.918	-
Outras	1	366	2	1
	<b>266.290</b>	<b>31.379</b>	<b>219.635</b>	<b>6.301</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	(178.716)	-	(172.685)
Juros pagos ou incorridos	(134.237)	(118.722)	(70.331)	(54.711)
Variações monetárias passivas	(15.886)	(636)	(15.874)	-
Outras	(6.100)	(10.552)	(4.002)	(4.183)
	<b>(156.223)</b>	<b>(308.626)</b>	<b>(90.207)</b>	<b>(231.579)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>110.067</b>	<b>(277.247)</b>	<b>129.428</b>	<b>(225.278)</b>

## 29 Gerenciamento de riscos

### a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

### b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

#### ***Risco de crédito***

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais. Em 31 de dezembro de 2016 a exposição máxima era de R\$ 423.338 (R\$ 571.111 em 31 de dezembro de 2015) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

#### ***Risco de liquidez***

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<b>Operação</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	102.211	-	-	102.211
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	160.958	548.846	342.594	1.052.398
Outras contas a pagar	69.075	13.760	-	82.831
<b>Total</b>	<b>263.169</b>	<b>562.606</b>	<b>342.594</b>	<b>1.237.440</b>

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### ***Risco de mercado***

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise de sensibilidade.

### ***Risco operacional***

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

### ***Gestão de capital***

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

### ***Análise de instrumentos financeiros***

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	<b>Valor Contábil</b>		<b>(Nível 2) Valor Justo</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	80.851	314.670	80.851	314.670
Aplicações financeiras	30.434	28.837	30.434	28.837
Contas a receber de clientes	441.042	407.020	441.042	407.020
Outras contas a receber	144.297	7.045	144.297	7.045
Ativo financeiro	799.803	759.261	799.803	759.261
<b>Total</b>	<b>1.496.427</b>	<b>1.516.833</b>	<b>1.496.427</b>	<b>1.516.833</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	102.211	69.004	102.211	69.004
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	1.052.398	1.050.603	1.052.398	1.050.603
Dividendos a pagar	22.885	7.406	22.885	7.406
Outras contas a pagar	82.835	93.208	82.835	93.208
<b>Total</b>	<b>1.260.329</b>	<b>1.220.221</b>	<b>1.260.329</b>	<b>1.220.221</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	80.851	-	-	314.670	-	-
Aplicações financeiras	-	30.434	-	-	28.837	-
Contas a receber de clientes	441.042	-	-	407.020	-	-
Outras contas a receber	144.297	-	-	7.045	-	-
Ativo financeiro	799.803	-	-	759.261	-	-
	<b>1.465.061</b>	<b>30.434</b>	<b>-</b>	<b>1.486.803</b>	<b>28.837</b>	<b>-</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	-	-	102.211	-	-	69.004
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	-	-	1.052.398	-	-	1.050.603
Dividendos a pagar	22.885	-	-	7.406	-	-
Outras contas a pagar	-	-	82.831	-	-	93.208
	<b>22.885</b>	<b>-</b>	<b>1.237.440</b>	<b>7.406</b>	<b>-</b>	<b>1.212.815</b>

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

### Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 14% para o ano de 2016 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% a 50%.

<b>Operação</b>	<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras	30.434	CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Receita financeira			<u>4.261</u>	<u>5.326</u>	<u>6.391</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<b>Operação</b>	<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Financiamentos	1.052.398	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Despesa Financeira			<u>78.930</u>	<u>98.715</u>	<u>118.395</u>

\* \* \*

## A Diretoria

## Contabilidade

Erica Lima Maimone  
Contadora CRC 1SP 234181/O-2